

Bulhões pede decisão no combate à inflação

**Da sucursal do
RIO**

"O governo recusa-se a combater a inflação de maneira decisiva. Não se pode ser gradualista com a taxa de inflação em alta", disse ontem, no Rio, o ex-ministro da Fazenda e presidente do Instituto Brasileiro de Economia, Octávio Gouvêa de Bulhões, em palestra na sessão comemorativa dos 60 anos de criação do Imposto de Renda no Brasil. Para ele, os sucessivos reajustes do nível mínimo de isenção do IR, ao lado do acerto da contabilidade das empresas e da aplicação da correção monetária nos pagamentos parcelados do imposto são "percursos que levam ao desemprego e à intranquilidade social, sem a compensação de resultados positivos".

Embora considere lógicas as medidas do governo no sentido de defender-se contra a inflação, ele manifestou "amarga desconfiança" quando à persistência governamental no combate à inflação "atenuado com medidas de adaptação".

O presidente do Ibre considerou frágil a atuação do governo, pois este "percorre cominhos traiçoeiros" na tentativa de obter recursos sem apelar para a expansão da base monetária (emissão de papel moeda). "São medidas que permitem impedir a hiperinflação, mas afastam o governo da fonte geradora da inflação", afirmou.

Bulhões defendeu o puro e simples cancelamento das transferências adicionais do Banco Central (subsídios e redescontos excessivos), para acabar com o que considera a principal fonte geradora de inflação. Alertou, igualmente, para a ameaça de "surto inflacionário advindos da previdência social", causa primordial, segundo ele, da inflação nos países desenvolvidos. "A renda a ser distribuída, em acréscimos salariais e pensões, deveria provir de acréscimos de participação no capital das empresas", disse.

Assim, "o Imposto de Renda, ao favorecer o aumento de capital próprio das empresas, estaria em condições de

generalizar a distribuição de renda, sem prejuízo das fontes produtoras".

Octávio Gouvêa de Bulhões defendeu, ainda, a inclusão da renda de capital no montante global tributável pelo imposto de renda progressivo, "porque a exclusão da renda de capital deixa apenas a renda do trabalho sujeita à tributação progressiva". Segundo ele, o "belo sistema de arrecadação na fonte trouxe uma deturpação".

RECEITA DE BARRETO

A queda da inflação brasileira do atual nível de cerca de 100% ao ano para 70%, como o governo prometeu ao FMI, somente será possível se o próprio governo reduzir substancialmente suas despesas e imprimir austeridade a seus gastos, afirmou ontem o presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, Ruy Barreto, após reunir-se com presidentes de 25 federações regionais representativas do setor comercial.

Para Barreto, é fundamental que tanto o governo federal quanto os governos estaduais e municipais cortem despesas, embora mantenham os investimentos no nível desejado, para não prejudicar o ritmo do desenvolvimento econômico.

Barreto não se mostrou preocupado com as negociações do governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional. A seu ver, o Brasil recorreu ao FMI na hora certa e, assim, se livrará, no próximo ano, de uma recessão mais acentuada, que ocorreria se não se apelasse àquele organismo.

Por outro lado, para que o País obtenha em 1983 superávit de US\$ 6 bilhões em sua balança comercial, ele considerou indispensável uma alteração da política até agora seguida pelo governo, caracterizada por uma distribuição indiscriminada de incentivos a todos os produtos de exportação.

A proposta de Barreto é que o governo defina políticas específicas em relação a certos produtos de maior potencial exportador e, também, dirija mais atenção aos mercados capazes de absorver em maior volume os produtos brasileiros de exportação.